

ELITE ROMANA E REFORMAS URBANAS NA ITÁLIA: O CASO DE POMPEIA

Victor Sá Ramalho Antonio¹

RESUMO: Esse artigo busca analisar a construção de uma identidade romana na cidade de Pompeia, a partir do processo de reformas urbanas que se realizou ali, examinando a relação entre os processos de estratificação social e a multiplicidade de ocupações que deixaram vestígios disparelhos no território urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Pompéia; estratificação social; reformas urbanas.

ABSTRACT: This paper aims at understanding the construction of a Roman identity in the city of Pompeii, based on the process of urban renewal that happened there, examining the relationship between the process of social stratification and the multiplicity of settlements which have left uneven vestiges in the urban territory.

KEYWORDS: Pompeii; social stratification; urban renewal.

O tema da estratificação social do fim da República e do Principado de Augusto vai diretamente ao encontro das mudanças processadas no quadro urbano das cidades italianas. O papel social desempenhado pelas elites locais e o modelo de transformação urbana encampado por Roma trouxeram importantes modificações às cidades italianas, sejam elas colônias romanas ou não.

Keith Hopkins, ao tratar da questão da mobilidade social na sociedade romana, trabalha um conceito muito útil ao entendimento da afirmação pessoal da elite provincial, o da dissonância de *status*. Para ele, a rigidez da sociedade romana limitava a ascensão social plena, possibilitando, por um lado, o enriquecimento de classes socialmente inferiores, mas impedindo, por outro, sua elevação de *status*, deixando tal ascensão para as gerações seguintes. Dentro de tal lógica social, *status* inferiores poderiam exercer grande influência econômica e mesmo política, mas não chegavam às posições mais prestigiosas dentro da sociedade, persistindo um descompasso.

¹ Graduado em História. Membro do LUDENS/FFLCH (USP).

As elites locais da Itália tiveram garantida autonomia com a conquista romana, cada qual com um *status* diferente de associação com Roma e de obrigações, o que garantia certa estabilidade na relação entre as partes. Entretanto, o sistema de dominação romana entrou em colapso no século I a.C., como aponta Johannes Keller, por conta das Reformas Gracanas, da pressão por terras (derivada, em parte, pela entrada dos *capiti censi* no exército, com Mário), da estagnação da expansão territorial e da exclusividade dos cidadãos romanos às concessões públicas.

A rebelião dos aliados contra os romanos terminou com a vitória militar romana, mas com a concessão da cidadania plena aos itálicos, o que fora por muito tempo uma reivindicação das elites locais beneficiadas pela autonomia, como aponta Keller. Muitas das cidades insurretas sofreram retaliações romanas que as marcaram profundamente. Pompeia, uma delas, foi punida por Sulla com a instalação, em 80 a.C., de uma colônia de veteranos que, dentre outras mudanças, promoveram uma sensível transformação no quadro urbano da cidade, como será mais bem abordado abaixo. A ascensão dos novos homens na vida pública da sociedade pompeiana pode ser facilmente ligada aos conceitos trabalhados por Hopkins, bem como por Weaver, assim como à questão da promoção edilícia. De acordo com Hopkins, a mobilidade social na sociedade romana se dava pela busca por prestígio social, resguardados os limites da dissonância de *status*.

O evergetismo, trabalhado notoriamente por Paul Veyne, ocuparia um lugar de destaque na busca pelo prestígio. Para o autor, o fenômeno do evergetismo se insere na lógica da autopromoção das elites locais, que buscam na construção e reforma de obras públicas o ganho de prestígio social e um instrumento efetivo de ascensão política. Ao oferecer aos cidadãos de sua cidade edifícios e espetáculos, “os notáveis confirmavam que pertenciam à classe dirigente”. Acerca da benfeitoria pública como instrumento político, Veyne aponta:

As cidades adquiriram o hábito de um luxo público que passaram a exigir como um direito. A nomeação dos dignitários anuais fornecia a oportunidade; todo ano, em cada cidade desenrolavam-se pequenas comédias: era preciso encontrar novas fontes de financiamento. Cada membro do conselho declarava-se mais pobre que seus pares e dizia também que em

compensação Fulano de Tal era um homem feliz, próspero e tão magnânimo que seguramente aceitaria naquele ano uma dignidade que acarretava o dever de garantir à própria custa a água quente dos banhos públicos [...] a menos que, espontaneamente [...] um mecenas imprevisto se levantasse para declarar que desejava beneficiar a cidade; ela lhe agradecia fazendo o Conselho nomeá-lo alto dignitário local e conceder-lhe um título d honra excepcional, como “patrono da cidade”, “pai da cidade”, ou “benfeitor espontâneo e magnânimo”, que ele inscreveria em sua lápide; ou então votando-lhe uma estátua, pela execução da qual ele espontaneamente pagava. [...] A classe dos notáveis tinha, assim, a equívoca satisfação de dizer que a cidade lhe pertencia, já pois era ela quem pagava.²

A construção de edifícios associados à romanidade ganha, pois, caráter especial, uma vez que a associação das elites locais com Roma se apresentava, pois, como essencial à ascensão social dentro da estrutura imperial. As termas estão decerto entre tais construções. De ambientes comuns à *domus* e à *villa* aristocrática, os banhos se tornaram estruturas urbanas monumentais, a partir do principado de Augusto – e do programa edilício de Agrippa – na cidade de Roma. De lá, difundiram-se por todo o Império, a ponto de Tácito, ao descrever a *Britannia*, atribuir ao hábito de *balinea* (o banho artificial, isto é, diferente daquele tomado nos rios)³ a marca da essência da *romanitas* e da *urbanitas*, como aponta Natascha Zajac,⁴ em artigo sobre o fenômeno das termas no mundo romano. A autora ainda faz referência a Plínio, o Velho, que, em sua *Historia Naturalis*, classifica o Coliseu e o Panteão de Roma abaixo das termas imperiais, demonstrando, pois, a grandiosidade arquitetônica dos banhos públicos. Para Wallace-Hadrill, da mesma maneira que o *gymnasium* grego era um símbolo de helenidade no leste, os banhos romanos levam consigo a marca da romanidade no oeste. Lewis Mumford atesta que “talvez a contribuição mais característica de Roma tanto à higiene urbana quanto à forma urbana tenha sido

² VEYNE, P. *História da vida privada I* (ed. DUBY, G.; ARIÈS, P.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-6.

³ *Balneum* ou *balineum*, termos que vêm do grego *balanei@on*, que significa banho artificial. Cf. DAREMBERG, C.; SAGLIO, E. *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines d'après textes et les monuments*. Paris: Hachette, 1873-1917.

⁴ ZAJAC, N. “The thermae: a policy of public health or personal legitimation?”. In: DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Ed.). *Roman Baths and Bathing. The Journal of Roman Archaeology. Supplementary series n° 37*. Portsmouth, Rhode Island: 1992, pp. 99 a 106.

o Banho. Na história dos grandes banhos lê-se a história condensada da própria Roma”.⁵

A política dos imperadores e das elites locais de construir espaços públicos com banhos – os estabelecimentos termais, de uso aberto a todos os cidadãos, independente da condição social de cada indivíduo – foi visto pelos historiadores do século XIX como política sanitária dos imperadores, em uma época assolada por grandes epidemias (de tifo e cólera).⁶ Nesse sentido, a difusão dos edifícios termais pelo Império seria obra da filantropia, da ação zelosa e reformadora da política imperial. Há muito, todavia, os historiadores entendem o uso e a construção das termas não como mero resultado da preocupação com a higiene e com o cuidado com o corpo, mas sob uma ótica que contemple as motivações e implicações políticas e sociais. Com efeito, os estabelecimentos termais podem ser entendidos tanto como símbolos retóricos de poder e grandeza – e, nessa perspectiva, o evergetismo assume papel central –, enfatizando-se as características arquitetônicas e urbanísticas envolvendo tais estruturas, como na condição de espaços de socialização de suma importância na vida urbana, abrangendo diversas facetas da sociabilidade romana. Na reforma urbana empreendida em Roma, durante o Principado de Augusto, levado a cabo pelo imperador, família e, com destaque especial, por Agrippa, tal questão é patente.

Cabe agora adentrar propriamente em Pompeia. De acordo com Estrabão (*Geografia*: V, 4, 3), Pompeia foi primeiramente ocupada pelos Oscos, e depois assediada por Etruscos, Pelasgos (associados aos gregos) e Samnitas. O núcleo mais antigo da cidade, chamado de *Altstadt*, a “Cidade Velha”, por Amin Von Gerkan (1940).⁷ A discussão acerca dos núcleos mais antigos de urbanização de Pompeia e se tornou problemática e, como aponta Mary Beard, a arqueologia dos primeiros séculos de Pompeia ganhou *status* diferenciado. A antiga tese de uma primeira concentração etrusca no *Altstadt* da cidade – região próxima ao foro e à Porta Marina foi refutada pelos estudos recentes na região leste da cidade murada, que apontam para uma ortogonalidade original, de influência grega, situada no século VI a.C., e não mais no século III a.C., como se

⁵ MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 248.

⁶ ZAJAC, N. op. cit.

⁷ COARELLI, F. (ed.) *Pompei*. New York: Riverside Book Company, 2002. p. 29.

costumava apontar. O período samnita sucessivo, que deixou uma grande marca na cidade no que toca aos nomes das famílias e à língua corrente, foi, por muito tempo, romantizada pelos modernos, segundo Andrew Wallace-Hadrill,⁸ como se fosse uma identidade acima das demais, sobrepondo-se às outras quando, na verdade, pouco se sabe sobre a maneira com que tais samnitas se identificavam. Fato é que, independente da autoidentificação de tais populações advindas do centro-sul da Península, os contatos entre eles e os colonos helenos da Campânia foi, desde o princípio, intenso. Não por acaso, do ponto de vista dos historiadores da arte, a Pompeia do século II a.C. é caracterizada como um sítio helenizado.

O Templo Dórico, no Foro Triangular, é a mais antiga construção associada aos gregos. Filippo Coarelli associa o Templo Dórico exatamente aos limites do *Altstadt*, identificando-o como santuário e centro antigo de comércio. Localiza-se o templo nas proximidades do que teria sido a foz do Rio Sarno, e o porto antigo de Pompeia. A localização exata do porto e da linha do mar, contudo, é objeto de divergências entre os arqueólogos. O autor ainda atribui ao *Altstadt* a condição de ponto de entroncamento de importantes vias proto-históricas, ligadas ao comércio do sal e com o interior da Campânia. Todavia, a antiguidade do *Altstadt* também segue em aberto, e a bibliografia diverge quanto às datas, pela falta de material arqueológico elucidativo.

Mary Beard atenta para a necessária cautela com relação às identidades dos pompeianos dos primeiros séculos. Segunda ela, nenhum material arqueológico se provou uma inequívoca identidade cultural, seja ela grega, etrusca ou samnita, e tampouco os autores antigos – como Estrabão – mostram-se seguros com relação a tais atribuições.⁹ A ausência de material arqueológico para o século V sugere, para a arqueóloga, que Pompeia passou por um período de conflitos intensos ou mesmo abandono. No século IV, por meio de Estrabão, sabemos ter sido Pompeia parte da Confederação Samnítica. Contudo, o geógrafo grego não trata do fim do período samnítico da cidade. Com as Guerras Samníticas, no final do século IV, Pompeia e todo o vale do Sarno caíram sob domínio romano, tornando-se os pompeianos aliados de Roma. As

⁸ WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. pp. 128-140.

⁹ BEARD, Mary. *Pompeii, the life of a Roman town*. London: Profile Books, 2008. p. 34-36.

transformações no extrato social da cidade se sucederam, e se tornaram mais palpáveis à apreensão arqueológica. A língua osca continuou sendo a mais usada em Pompeia, como os grafitos revelam. A partir da segunda metade do século III, a população da cidade parece ter crescido bruscamente, pelo que a quantidade de edificações domésticas encontradas sugere – ainda que não seja prudente invalidar variantes como os materiais usados nas obras ou o reaproveitamento deles.

Pompeia passou por um período de maior urbanização e ganhou um grande número de novos edifícios a partir do século II. Os principais se localizam entorno do Foro, nas redondezas do Foro Triangular e no setor sudeste da cidade, caracterizada como uma área voltada ao lazer e entretenimento. A partir do século IV a.C, segundo Paolo Carafa, diversos edifícios antigos foram substituídos por novas edificações.¹⁰ Evidências apontam para a evolução e reconfiguração constantes do quadro urbano até o século II a.C.

Não obstante a discussão acerca do núcleo de ocupação mais antigo da cidade, no que tange aos espaços públicos e à monumentalidade nos edifícios, o Foro (avizinado pelas regiões VII e VIII), no setor sul-ocidental, pode ser apontado como de maior antiguidade, podendo tal área ser estendida à região do Foro Triangular (região VIII, já nas proximidades da Porta de Estábia). O traçado irregular das ruas remonta ao *habitat primitivo*, como denomina Robert Étienne.¹¹ Trata-se da única área plana da cidade. A adaptação do traçado urbano às características do terreno e à posição geográfica condiciona Pompeia a algumas irregularidades em seu traçado urbano. O primeiro crescimento significativo da cidade se deu no século V, ganhando uma nova configuração urbana: duas ruas principais cortando o terreno de leste a oeste (chamadas pelos arqueólogos de Rua da Abundância e Rua de Nola), e uma via arterial de norte a sul (a Rua de Estábia), em conformidade com os padrões consagrados do urbanismo grego e etrusco. Os distritos se desenvolveram orientados pelas ruas axiais. No entanto, é evidente a variação pompeiana desse modelo: o foro não é central, mas próximo à Porta Marina, que leva à costa

¹⁰ CARAFA, Paolo. “What was Pompeii before 200 a.C.?” In: BON, S; JONES, R. *Sequence and space in Pompeii*. Oxford: Oxbow Books, 1997. p. 13-31.

¹¹ ÉTIENNE, Robert. *A vida quotidiana em Pompeia*. Lisboa: Livros do Brasil, 1965. p. 86.

(sendo, portanto, a saída de maior movimento da área murada da cidade), ocupando justamente a área do *Altstadt*.

No que toca a captação e a distribuição de água, Pompeia tem como principal estrutura seu aqueduto, construído durante o reinado de Augusto. Na realidade, tal aqueduto era um braço de outro aqueduto principal, o que conduzia água ao porto de Misenum, e entrava em Pompeia pela Porta do Vesúvio, no norte da área murada. Antes de sua construção, a água consumida em Pompeia provinha, pois, de cisternas e poços, e, mesmo depois de levantado o aqueduto, a cidade não deixou de fazer uso das demais fontes de água. A inutilização do aqueduto após a série de sismos dos anos 60 e 70 evidenciou a necessidade de fontes hídricas alternativas à grande estrutura.¹²

A construção do aqueduto deve ser vista inserida no contexto do programa edilício de Agrippa, o mesmo momento, pois, da disseminação dos banhos públicos pelo Império. Ademais, a arquitetura monumental e todas as facilidades relacionadas a tal provisão de água serviam politicamente ao imperador, como aponta Paul Zanker.¹³

No local de chegada do aqueduto pompeiano à cidade murada estava o *castellum aquae*, a torre de água principal de Pompeia. De lá, a água era distribuída através de três tubulações, com as *castella secundaria* – as torres de água secundárias, que se seguiam ao *castellum aquae* principal, responsável, sobretudo, por dividir a água aos três percursos posteriores. A diferenciação de declive entre uma torre e outra era o que mantinha o fluxo contínuo da água, não tendo as torres a função de armazenamento.¹⁴

Retomando a história social da cidade, em 91 a.C., Pompeia entrou nas Guerras Sociais com um dos *socii* insurretos contra Roma. Em 89 a.C., Sulla sitiou Pompeia. A queda da cidade não foi sucedida por uma severa e violenta punição à sua rebeldia de imediato. A punição de Sulla a Pompeia veio apenas dez anos depois, com a instalação de uma colônia de veteranos romanos na cidade, a *Colonia Cornelia Veneria Pompeianorum*. Transformada

¹² ZANKER, Paul. *Pompeii: public and private life*. London : Harvard University, 2001. pp. 121-22.

¹³ ZANKER, Paul. *Pompeii: public and private life*. London : Harvard University, 2001.

¹⁴ WIGGERS, J. B. M. "The urban water supply of Pompeii". In: DE HAAN, Nathalie; JANSEN, Gemma C. M (ed.). *Cura aquarum in Campania*. Leiden: Stichting Babesch, 1996. pp. 29-30.

formalmente em colônia romana, Pompeia teve sua estrutura política alterada. A antiga magistratura osca de *meddix tuticus* foi substituída pela dupla romana de duúnviros, com o cargo de *duouiri iure dicunde*. A língua oficial da cidade passou a ser o latim, ainda que o osco continuasse a ser falado entre os antigos habitantes, como algumas inscrições revelam.¹⁵ Como já apontado, a chegada de um contingente romano acarretou importantes transformações na cidade, seja nos edifícios públicos, seja nos privados. Como aponta Coarelli, a instalação da colônia romana por Sulla e resultou em modificações no sistema eleitoral das *comitia*. Por meio da *ambulatio*, os colonos teriam sido favorecidos politicamente, ao se concentrarem em mais tribos que os pompeianos nativos, levando a importantes tensões entre as duas identidades.¹⁶

As transformações da sociedade pompeiana ao longo dos dois últimos séculos de existência foram discutidas por uma extensa bibliografia. Quatro questões principais se apresentam: a composição étnica da cidade e os processos de afirmação identitária decorrentes da instalação do contingente romano na cidade; a separação espacial seja de populações romanas e pré-romanas a partir da instalação da colônia; a participação política das famílias pré-romanas; e, por fim, as alterações no extrato social decorrentes da destruição parcial de Pompeia pelo sismo de 62 d.C.

As mudanças no espaço urbano tendem a ser deixadas de lado pelos historiadores ao tratar das mudanças sociopolíticas das sociedades, tendência essa quebrada por Pierre Gros e ensejada por Kathryn Lomas, em artigo na importante obra edita por Helen Parkins, *Roman Urbanism*. Willem Jongman, em artigo, exalta tal empreitada nas obras de Levi e Zanker, apontando também para tal tendência dos anos 1980. Nos anos 1970, Gabba enfatizou, por sua vez, a estreita relação entre urbanização e sociedade no período subsequente às Guerras Sociais, quando mudanças significativas no quadro urbano das cidades itálicas se processaram a partir das formas autóctones.¹⁷ O autor atribuiu as mudanças no comportamento das elites à municipalização e consequente quebra das formas de organização pré-romanas. Da mesma maneira, ter-se-iam

¹⁵ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

¹⁶ COARELLI, F. (org.) *Pompei*. New York: Riverside Book Company, 2002. p. 58- 59.

¹⁷ LOMAS, K. "Cities in context : urban systems in Roman Italy". In: PARKINS, Helen (ed.). *Roman Urbanism*. London: Routledge, 1997. pp. 64-78.

processado mudanças no próprio financiamento das obras e na atividade edilícia, tornando-se saliente o evergetismo das elites romanas. Em outra obra clássica, de 1971, Castrén toma Pompeia por estudo, e aponta para o rápido desaparecimento das elites pré-romanas na prosopografia da cidade. Entrando na era romana da cidade, o período sucessivo de Augusto, para o autor, apresenta-se como um clímax no conflito das novas elites augustais e as elites pré-augustais, cuja crise é atribuída à ascensão dos homens novos às magistraturas. Castrén, portanto, enxerga em Pompeia uma sucessão de tensões entre elites, primeiramente étnicas, e posteriormente, entre novas e velhas elites romanas. Mudanças essas refletidas na atividade edilícia da cidade. Tal visão foi, pois, criticada por Mouritsen,¹⁸ que aponta para a composição heterogênea do extrato social pompeiano para explicar a mobilidade social presente na cidade, catalisada pelo desastre do grande sismo de 62. Como aponta Lomas, a Câmpania deve ser colocada na problemática das culturas de elite e suas variações regionais.¹⁹

Como aponta Wallace-Hadrill, a destruição da cidade não se restringiu a 79 d.C. Pompeia vinha sofrendo com abalos sísmicos pelo menos desde 62 d.C., que decerto modificaram a vida na cidade nos últimos 17 anos antes da erupção do Vesúvio. A noção que se tem hoje não é mais de uma Pompeia com sua vida cotidiana habitual congelada no tempo. A cidade teve suas atividades alteradas nos últimos anos, podendo ser entendida como uma cidade em obras, em processo de reconstrução à época de sua completa destruição.²⁰ Frente a tal situação, o estudo da vida social de Pompeia deve levar em conta as características específicas dos últimos anos da cidade, que se apresentam como importantes à compreensão do papel social desempenhado por tais edifícios. Como se deu a reconstrução da cidade e que efeitos a sequência de eventos que se sucederam tiveram na população local são importantes perguntas a se fazer. Um dos sinais disso é a aparente prioridade dada aos edifícios destinados ao lazer, como aponta Paul Zanker.²¹

¹⁸ MOURITSEN, H. "Mobility and social change in Italian towns during the principate". In: PARKINS, Helen (ed.). *Roman Urbanism*. London: Routledge, 1997.

¹⁹ LOMAS, K. "Cities in context: urban systems in Roman Italy". In: PARKINS, Helen (ed.). *Roman Urbanism*. London: Routledge, 1997.

²⁰ GUARINELLO, Norberto Luiz. *Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C.-II d.C.)*. São Paulo, 1993. pp. 259-260.

²¹ ZANKER, Paul. *Pompeii: public and private life*. London: Harvard University, 2001. p. 125.

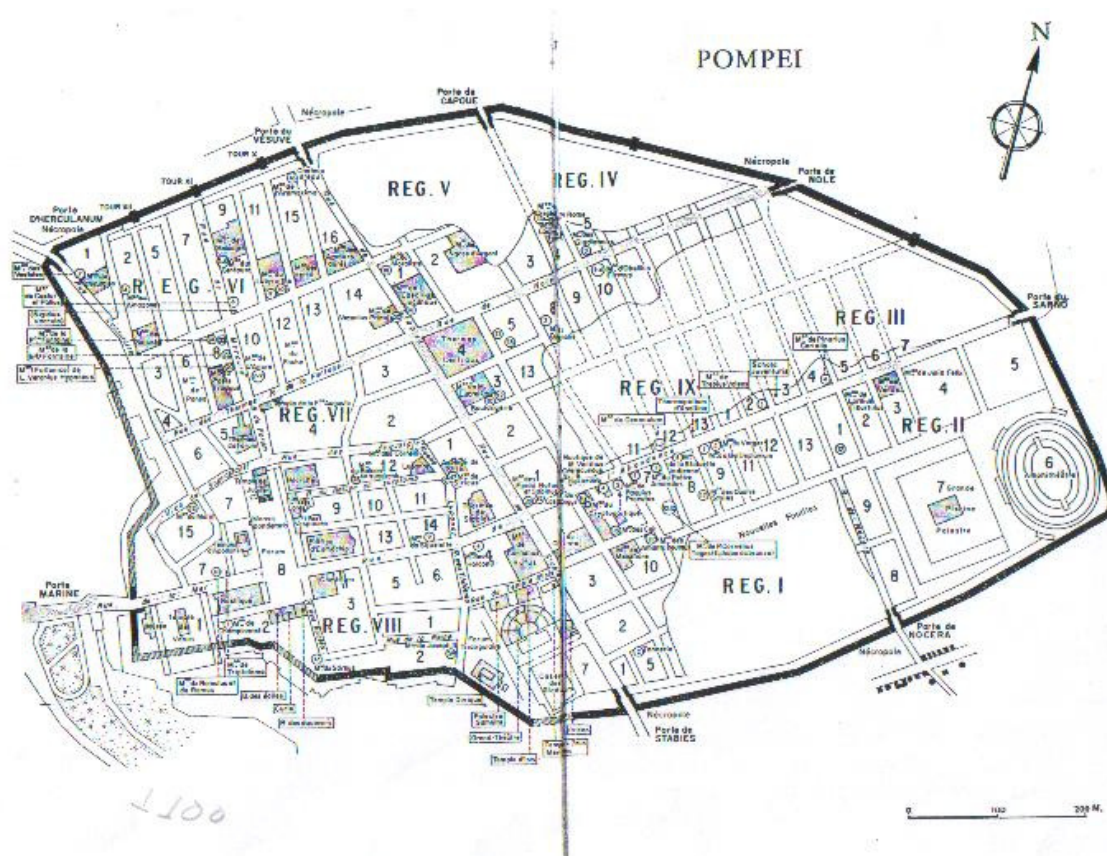


Fig.1 Pompeia

Referência: RICHARDSON, L. Pompeii. An architectural history. Baltimore: John Hopkins University Press, 1988.

Da mesma maneira, a constituição da sociedade pompeiana e, sobretudo, da elite no intervalo de tempo entre o grande sismo e a erupção traz forte debate. Zanker aponta para a preponderância de uma classe média homogênea e grande. Estelle Lazer considera ter havido uma substituição da velha aristocracia, que deixara (mesmo que momentaneamente) a cidade, por uma nova elite após 62. A população pompeiana estaria, pois, em fluxo no momento da erupção, e não em progressivo abandono.²² Paul Zanker também sugere que teria havido um deslocamento na vida social da cidade, com o Foro perdendo espaço para os distritos, sobretudo para o chamado Foro Triangular. A visão clássica de Willem Jongma sobre Pompeia apontando para a riqueza pessoal dissociada do *status* social²³ e para a relativa estabilidade da sociedade pompeiana é refutada, pois, pelos autores recentes, que procuram, sobretudo, enfatizar a mobilidade e a dinamicidade da cultura de elite local. Torna-se, pois,

²² LAZER, Estelle, "Pompeii AD 79: a population in flux?". In: BON, S; JONES, R. *Sequence and space in Pompeii*. Oxford: Oxbow Books, 1997. p. 102 a 120.

²³ JONGMAN, W. *The Economy and Society of Pompeii*. Amsterdam: J. C. Gieben, 1988.

necessário entender Pompeia de acordo com suas especificidades, fora de modelos rígidos de uma sociedade romana ideal, mas tomando o funcionamento da sociedade romano-tardo-republicana e imperial por base.